

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.109.254 - TO (2017/0124907-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADOS : MARITZZA FABIANE MARTINEZ - PE000711B
GUSTAVO DAL BOSCO E OUTRO(S) - SP348297
HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR -
GO034856
SOC. de ADV. : DAL BOSCO ADVOGADOS
AGRAVADO : EDLA WOELFER LUSTOSA
ADVOGADO : JOAQUIM GONZAGA NETO - TO001317B

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por BANCO DA AMAZONIA SA em face de decisão monocrática (fls. 412/416, e-STJ) que inadmitiu o recurso especial sob os seguintes fundamentos: i) incidência da Súmula 282/STF à ofensa aos arts. 130 do CC e 6º da Lei 6.024/1974; ii) o dissídio não merece ser conhecido porquanto ausentes a similitude fática e o cotejo analítico entre os casos confrontados; iii) a reforma do acórdão a quo encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Na petição de agravo (fls. 424/434, e-STJ), a parte alega, em síntese: a) o julgado de inadmissibilidade adentrou indevidamente o mérito, usurpando a competência do STJ e ofendendo a Súmula 123/STJ; b) a tese recursal encontra-se devidamente prequestionada; c) cumpriu todos os requisitos legais necessários ao conhecimento da divergência jurisprudencial, colacionando precedentes do STJ, tendo sido realizado o devido cotejo analítico entre o aresto paradigma e paragonado; d) houve violação aos arts. 6º da Lei 6.024/1974, 47, 70, III, 267, VI, 300, 332, 333, I, do CPC/1973, 1.315 do CC, 49 da Lei 4.728/1965, 5º, LV, LIV e 109, I, da CF.

Não houve a apresentação de contraminuta ao agravo.

É o relatório.

Decido.

1. O agravante não impugnou, especificadamente, a incidência da Súmula 7/STJ.

O agravo em recurso especial que deixa de afastar os fundamentos que levaram à inadmissão do recurso não deve ser conhecido, nos termos do artigo 932, III, do Novo Código de Processo Civil, que assim dispõe *in verbis*:

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

É dever da parte agravante (à luz do princípio da dialeticidade) demonstrar o desacerto do magistrado ao fundamentar a decisão impugnada, atacando especificamente e em sua totalidade o seu conteúdo, nos termos do art. 932, III, do CPC/15, o que não ocorreu na espécie, uma vez que as razões apresentadas contra a decisão de inadmissibilidade do recurso especial não impugnam todos os fundamentos do *decisum*.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. DOIS AGRAVOS INTERNOS INTERPOSTOS PELO AGRAVANTE. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO SEGUNDO RECURSO EM FACE DO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. JULGAMENTO APENAS DO PRIMEIRO AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). PLEITO DE ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO. [...]

3. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art.

932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/73), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência das Súmulas nºs 5 e 83 do STJ).

[...]

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1031917/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ART. 932, III, DO CPC DE 2.015. INSUFICIÊNCIA — DE ALEGAÇÃO GENÉRICA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, CPC. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo em recurso especial, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo.

2. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 932, III, do CPC de 2.015 e art. 253, I, do RISTJ, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente, sendo insuficiente alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado.

3. Esta Corte, ao interpretar o previsto no art. 932, parágrafo único, do CPC/2015 (o qual traz disposição similar ao § 3º do art.

1.029 do do mesmo Código de Ritos), firmou o entendimento de que este dispositivo só se aplica para os casos de regularização de vício estritamente formal, não se prestando para complementar a fundamentação de recurso já interposto.

4. O recurso mostra-se manifestamente inadmissível, a ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC, no

percentual de 1% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º, do citado artigo de lei.

5. Agravo interno não provido, com aplicação de multa.

(AgInt no AREsp 1075210/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 26/05/2017)

2. Do exposto, com amparo no artigo 932, III, do CPC/15, não conheço do agravo em recurso especial e, com base no art. 85, § 11, do CPC/15, para majorar a verba honorária em 10% (dez por cento) sobre o valor já fixado na origem, em favor do patrono da parte agravada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator

